

OS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PÚBLICA BRASIL ARGENTINA

PROFA. DRA. FÁTIMA BEATRIZ DE BENEDICTIS DELPHINO (IFSP/ FE-UNICAMP)

fátima.delphino@gmail.com

Resumo

Apresento uma discussão sobre as políticas públicas brasileiras e argentinas e seus reflexos na educação profissional dos dois países nos últimos anos, com ênfase na reestruturação produtiva e seu impacto na sociedade. Este trabalho situa-se numa linha de pesquisa intitulada educação comparada, pois meus estudos sobre a educação brasileira sempre apontaram para problemas e soluções comuns a vários países da América Latina, em especial a Argentina. O suporte teórico é, sobretudo, Nóvoa e Yariv-Mashal (2003), autores que nos colocam que “estudar o passado é necessário para entender o presente e predizer o futuro”. Concluiu-se que as diversas tecnologias impõem parâmetros sobre a base técnica de produção e intervêm nas relações sociais e educacionais, mas é crucial ressaltar-se também a importância da Educação Básica, tanto como base para as disciplinas específicas dos cursos técnicos quanto como geradoras de maior eficiência dos trabalhadores, além de seu papel mais importante, como parte essencial para o construto do homem como ser social.

Palavras-chave: políticas públicas- educação profissional- educação comparada.

Este artigo é um recorte de meu relatório de pós-doutoramento na Faculdade de Educação da UNICAMP, projeto que surgiu a partir de minhas reflexões sobre a história da educação brasileira e do modelo oligárquico/ aristocrático que vem servindo de base para a escola no país, em especial à educação profissional, que desde os primórdios da civilização brasileira esteve voltada apenas às “classes menos favorecidas” (como diz o artigo 129 da Constituição de 1937) e oferecida como uma dádiva especial ofertada pela classe dominante. Mesmo depois, com o advento da industrialização e pressionada pela demanda social, a educação, de modo geral, ainda continuou apresentando o mesmo sistema rígido do passado,

oferecendo a educação profissional como treinamento associado à escolaridade baixa, reforçando e mantendo a estrutura de dominação externa ao país. A própria universidade ‘tem funcionado como fornecedora de pessoal qualificado cada vez mais desvalorizado e perdendo status no mercado interno ’(ROMANELLI, 1985, p.259).

Este trabalho situa-se numa linha de pesquisa intitulada educação comparada. Optei por esta linha em virtude de meus estudos sobre a educação brasileira sempre apontarem para problemas e soluções comuns a vários países da América Latina, em especial à Argentina. Em consequência, pretendo analisar as políticas públicas brasileiras e argentinas implementadas nos últimos 40 anos, dentro do contexto da educação profissional pública de nível médio, focalizando a relação entre planos econômicos/ projetos educacionais e sua relevância para o cidadão brasileiro e argentino.

O século XXI encontra o povo argentino profundamente desiludido com o desempenho dos partidos políticos do país, acusados de não cumprirem com os objetivos democráticos que apregoavam, tanto os partidos considerados de esquerda ou centro-esquerda, como os de direita. Em 2001, houve a renúncia do presidente De La Rúa, pertencente ao Partido Justicialista e é nomeado em seu lugar Adolfo Rodríguez Saa, representando uma coalização de pequenas províncias e governador de San Luis, com a missão de convocar eleições presidenciais em três meses. No entanto, este somente permanece uma semana no cargo, e uma nova coalização, desta vez empreendida pelos dirigentes justicialistas da província de Buenos Aires, leva ao poder Eduardo Duhalde para completar o período de dois anos que De La Rúa deixara de cumprir. As eleições presidenciais de 2003 acontecem em meio a uma crise interna no partido Justicialista, dividido em dois segmentos, um de apoio a Menem e outro, encabeçado por Duhalde, que após várias indicações fracassadas, apóia Néstor Kirchner, governador da Patagônia. Para o segundo turno qualificam-se Kirchner e Menem. Percebendo que iria perder, Menem retira sua candidatura e Nestor Kirchner é eleito presidente. O país passava por uma moratória e uma das primeiras medidas do novo governo foi a desvalorização do peso e a implementação de uma política de superávit primário para aumentar as reservas internacionais. Em

conseqüência, o governo de centro-esquerda teve alavancadas as exportações e o PIB cresceu cerca de 9% ao ano.

Em 2007, a Argentina, imersa ainda em um período de indefinição política e descrédito em relação aos partidos políticos, opta pelo continuísmo e elege Cristina Kirchner, esposa do presidente, para governar o país. Nestor Kirchner morre em 2010. Em novembro de 2011, Cristina, depois de uma arrasadora vitória eleitoral, quando obteve mais de 53% dos votos dos eleitores contra apenas 16% do concorrente mais próximo, consolida a chamada “dinastia Kirchner” no governo argentino.

No Brasil, em 2002, é eleito presidente Luiz Inácio “Lula da Silva”, que já havia sido candidato em 1989, 1994 e 1998. Lula foi co-fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). É enorme a repercussão internacional. Segundo manchete do jornal “Folha de São Paulo” de 28/10/2002, a eleição de Lula é um basta no discurso neoliberal, diz “Clarín”, jornal argentino e uma ferramenta importante para negociar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) com os Estados Unidos. O impacto da vitória de Lula foi imenso, tanto no Brasil como no exterior.

A primeira equipe de Lula caracterizou-se por ser eminentemente petista, cabendo aos partidos aliados cargos de segundo escalão. A economia é conduzida numa linha muito semelhante a de Fernando Henrique Cardoso - FHC, presidente anterior, que pertencia ao partido político PSDB: “aperto fiscal, política monetária austera, acordos com o FMI, preocupação primeira com a estabilidade e com a credibilidade internacional” (COUTO, C. e BAIA, P., 2004, p.239)

Nos oito anos de gestão de FHC, os salários reais dos trabalhadores caíram, a produtividade aumentou e os lucros dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros cresceram bastante.

O PPA 2000-2003, último plano de gestão de FHC, adotou um novo conceito de programa, atrelando recursos aos objetivos do governo e chamava-se AVANÇA BRASIL. Era composto por 365 programas e tinha por objetivos a produção de bens e serviços para a população e uma mudança do antigo modelo burocrático para uma nova cultura gerencial.

Verificou-se, em relação ao cumprimento das metas do PPA 2000-2003 que houve problemas em relação à descontinuidade no fluxo de recursos, dificuldades de articulação entre órgãos com ações complementares, insuficiência de pessoal qualificado e de infra-estrutura adequada, entre outros.

A educação profissional sob a égide do PSDB apresentou um discurso ideológico que envolve as teses da valorização humana do trabalhador, com defesa ardorosa da educação básica que possibilita a formação do cidadão e de um trabalhador polivalente, flexível, com capacidade de abstração e decisão, decorrentes da própria vulnerabilidade que o novo padrão produtivo, altamente integrado, apresentou, como processos de produção que trabalham com representação do real e não com o real, podem apresentar problemas que exigem decisões rápidas. Por serem sistemas integrados podem comprometer o todo, se não forem resolvidos em equipe. São palavras “de ordem”:

- Formação abstrata
- Policognição
- Qualificação flexível e polivalente.

Em 2001, prestes a terminar seu mandato, FHC lançou um Plano Nacional de Educação. Para a educação profissional, apresentou algumas metas importantes como triplicar a oferta de cursos e revisá-los adequando-os às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários e trabalhadores.

Muitas metas do documento foram mantidos pelo governo seguinte, de Luís Inácio da Silva.

Na Argentina, Nestor Kirchner, em continuação às políticas neo-liberais anteriores, promete “rever as privatizações do governo Menem, além de negociar novo prazo e desconto para a dívida externa”(MELO, 2008,p. 13). A interferência do Banco Mundial-BID na economia argentina foi intensa a partir de 2004, sendo que no período 2006-2008 foi instituída a Estratégia de Assistência do Banco Mundial para a Argentina para a estabilidade macroeconômica. Na educação os estudos do BID mostraram que embora o sistema educativo aparentasse bases sólidas, havia muita

variação nos indicadores entre províncias, mesmo entre regiões com semelhança de condições socioeconômicas. A qualidade do ensino deixava a desejar e havia altos índices de evasão e repetência. Kirchner pretendia formular uma nova lei da educação. Efetivamente, em 2005, aprova a Ley de Educacion Técnico Profesional (Lei nº 26 058/05), que tinha como objetivo recuperar a educação profissional, revitalizar o ensino em pelo menos 1200 escolas técnicas, garantindo o federalismo nas políticas educacionais e atendendo ao mercado. A Lei regulamenta a educação técnico-profissional de nível médio e superior não universitário e a formação profissional. Para a formulação da Lei foram levados em conta as legislações provinciais e nacional e outras internacionais, como a da Espanha, da Itália, do Brasil, Da Colômbia, do Chile.

Segundo documentos de avaliação interna de dezembro de 2008 do INET/MEC, os grandes problemas da educação profissional argentina nesta década foram, entre outros, a diluição da especificidade da educação técnico-profissional, ausência de políticas e critérios que dêem sentido de unidade federal ao governo, a coexistência de multiplicidade de concepções e variantes institucionais e curriculares.

A educação técnico-profissional argentina apresentava, em 2007, os seguintes números:

Instituições de educação técnico-profissional de nível secundário	1.497
Instituições de educação técnico-profissional de nível superior	1.217
Centros de formação profissional	1.124
Instituições com programas de educação técnico-profissional	382
TOTAL	4.220

Tabela 1: *Números da educação profissional argentina (Fonte: RFIETP, INET- Ministério de Educação da Argentina)*

Segundo MELO (2008). a Lei nº 26 058/05 sofreu pesadas críticas da oposição em virtude da curta duração dos cursos, dois mil planos de estudos dispersos, elaborados pelo Ministério da Educação e pelo baixo investimento financeiro previsto (duzentos e cinquenta milhões de pesos). As escolas técnicas não são citadas pela Lei que “remete à vinculação entre instituições educativas e as empresas e estabelece modos de subordinação do sistema educativo à produção de mercadorias”(op.cit.,p.15)

Em 2006 é lançado um anteprojeto da Ley de Educación Nacional, após duros debates contra os estudos preliminares que o precederam, aprovado em dezembro do mesmo ano como a nova Ley de Educación de La Argentina, Ley nº 26 206/2006, unificando o sistema educativo argentino e estabelecendo a obrigatoriedade escolar de cinco anos até a finalização da educação secundária.

O nível secundário representava, em 2007, 25,1% das instituições educativas deste nível no total do país; 25% dos alunos matriculados estão cursando planos de estudo de ETP com um total de 1.763 estabelecimentos com 385.830 alunos matriculados.

O gráfico a seguir mostra a distribuição porcentual das unidades educativas de nível secundário de ETP em relação ao total de unidades educativas de nível secundário (2007).

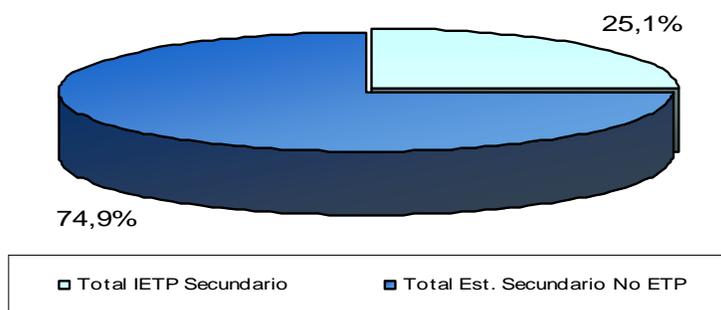


Tabela 2: Unidades educativas de nível secundário. (Fonte: RFIETP, INET- Ministério de Educação da Argentina)

Já o próximo gráfico mostra a distribuição percentual dos alunos matriculados no nível secundário de ETP em relação ao total de matriculados no nível secundário (2007).

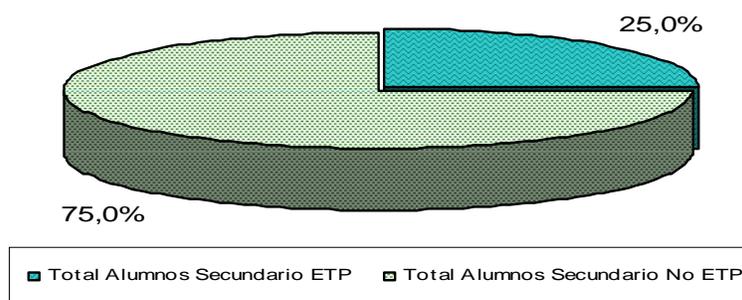


Tabela 3: *Alunos matriculados na educação profissional. (Fonte: RFIETP, INET- Ministério de Educação da Argentina).*

Durante o ano de 2008, as instituições de Escola Técnico Profissional -ETP do nível secundário apresentaram ao Registro Federal das Instituições de ETP 2.019 títulos técnicos. Perto de 20% são de eletromecânica, 16.7% de agropecuária, 15.5% da construção, 9.3% da informática, 9.1% de química/ biologia, 8.4% de economia/gestão, e 8.1% de eletrônica/ mecatrônica. O resto dos planos, com uma proporção menor a 3.4%, corresponde às especialidades: materiais/metalmecânica (mecânica, eletricidade automotriz), turismo-gastronomia (hotelaria, aeronáutica, desenho), comunicação (artes gráficas), saúde, meio ambiente (mineração, indústria têxtil, madeira- móveis) naval e pesca. A maioria dos planos técnicos apresentados tem uma duração de seis anos do estudo (71.3%), sendo que 11.6% têm a duração de sete anos.

Já no Brasil, fazendo parte de seu programa de governo divulgado durante o período eleitoral e pressionado principalmente por seus compromissos com sindicatos da área da indústria, o presidente Lula revogou a proibição de união do currículo do Ensino Médio e da educação profissional, por meio do decreto 5154/2004, que volta a permitir a modalidade integrada ao ensino médio.

Art. 1º § 1o A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso (...)

O decreto 5154 não apresentou um novo paradigma para a educação, apenas atendeu a reivindicações de classes e grupos sociais. É muito difícil para as escolas estaduais e particulares adequarem-se à modalidade de ensino integrada, por falta de recursos, pois a educação profissional é muito cara para cursos em algumas áreas como indústria e informática e não existe um fundo especial da União para apoio financeiro a estes cursos. Essa dificuldade de implantação de um modelo universal já acontecera em 1971, com a Lei 5692.

O novo Decreto, embora admita a integração da educação profissional ao ensino médio deixa livre às redes e sistemas de ensino a sua real efetivação. Apenas parte da Rede Federal aderiu à proposta e quase não existem exemplos nas redes estaduais. É difícil romper os paradigmas criados pelo antigo Decreto n.º 2.208/1997¹, que proibira o modelo de ensino integrado e introduzira o ensino por competências e habilidades, há resistência por parte dos professores com tantas mudanças em curtos espaços de tempo, a população brasileira não reconhece a validade e relevância dos cursos técnicos para a formação dos brasileiros e continua a considerar o Ensino Médio uma etapa do percurso para a universidade, não aceitando também a extensão dos cursos integrados de três para quatro anos de duração, além de haver problemas de financiamento na implantação e manutenção

¹ O decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

desses cursos, longos e custosos, com instalações especiais e laboratórios adequados.

O governo Lula foi responsável por um grandioso plano de expansão da Rede Federal, em que todos os vinte e sete estados façam parte da rede federal, tanto nas capitais, quanto no interior.

A rede federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos oito anos, o Ministério da Educação entregou à população as 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional. Além disso, outras escolas foram federalizadas.

O MEC está investindo R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país. Até o primeiro semestre de 2012 serão entregues 81 novas unidades.(MEC/SETEC, Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica)

Em 2006, Lula consegue se reeleger para um segundo mandato, iniciado em 2007. Em seguida lançou o “Plano de Desenvolvimento da Educação como Horizonte do Debate sobre o Sistema Nacional de Educação”. A emenda n 53 ao artigo 212 da Constituição, de 19 de dezembro de 2006 coloca novas bases para o financiamento da educação, colocando fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei, com cotas estaduais e municipais “distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.”(NR)

No entanto, sabemos que a solução dos problemas crônicos da educação no Brasil não pode ser resolvida apenas com verbas alocadas para a educação, embora estas sejam muito importantes. Temos o exemplo do Rio de Janeiro, estado que mais recebe *royalties* do petróleo no país e onde os indicadores de qualidade e de infra-estrutura nas escolas de nove municípios (levantados pelo IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)² que recebem quantias maiores vindas de

² Folha de São Paulo, 15 de setembro de 2008, C1.

recursos do petróleo, em nada se destacam em relação a outras escolas do Sudeste, apresentando até níveis mais baixos.

Não podemos nos esquecer, tampouco, que o PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, iniciado em 1996 continua ativo e tem ações previstas até 2009. As principais ações da SETEC/MEC com auxílio PROEP são: (i) expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, (ii) a articulação do ensino médio à educação profissional nas modalidades integrada, concomitante e subsequente, (iii) a formação e qualificação de professores para a educação profissional e tecnológica, (iv) a instituição dos catálogos nacionais de ensino superior de tecnologia e dos cursos técnicos, (v) escola de fábrica e (vi) o programa de integração da educação profissional à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA).

Em 2008, o governo federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado que pretende modernizar as redes públicas municipais e estaduais que oferecem ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica, com previsão de investimentos de R\$ 900 milhões, para as micro e meso regiões do Brasil. Os dados do Censo Escolar 2010 reforçam a tendência de adequação da distribuição de matrículas da educação básica que vem sendo observada desde 2007:

O Brasil registrou uma queda de quase 29 mil matrículas no ensino médio entre 2008 e 2009, segundo dados do censo escolar 2009. A redução é pequena e corresponde a uma queda de 0,3% no número de matrículas em relação ao ano passado - elas passaram de 8.366.100, em 2008, para 8.337.160 em 2009.

O quadro ainda é bem pouco favorável para os adolescentes de 15 a 17 anos de idade, faixa etária correspondente ao Ensino Médio. Mesmo a taxa de acesso à escola tendo crescido de 69,5% para 82,2%, entre 1996 e 2006, é possível constatar que a taxa de frequência líquida, ou seja, a frequência deste grupo ao ensino médio - nível adequado para a faixa etária de acordo com o modelo educacional vigente no País - em 2006, não atinge sequer metade do segmento populacional: 47,1%. Nos estados do Norte e Nordeste, a situação revelada pela PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE mostra a precariedade do sistema escolar, onde se encontram situações

cujos percentuais não atingem a casa dos 30% - os Estados do Pará e Alagoas, com apenas 28,4% e 25,4%, respectivamente – de seus adolescentes frequentando o ensino médio. (...) Outro destaque observado no Censo Escolar 2010 é a confirmação da trajetória de expansão da matrícula na educação profissional, que em 2007 era de 780.162 e atingiu, em 2010, um total de 1.140.388 matrículas – crescimento de 46% no período.

Segundo dados do MEC de 2008, 81% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos estão na escola, mas apenas 44% no Ensino Médio, os demais permanecem no Ensino Fundamental.

Podemos dizer também com segurança que o Brasil nunca desenvolveu um sistema adequado para a educação profissional, restrito aos CEFETs, hoje IFTS (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e às redes Paula Souza em São Paulo e ao SENAI, em todo o país. Apesar de tudo, o censo escolar 2010 mostra um crescimento da oferta:

Os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão, com crescimento de 7,4%, ultrapassando 900 mil matrículas em 2010. Considerando o médio integrado, os números indicam um contingente de 1,14 milhão de alunos atendidos. A educação profissional subsequente – oferecida aos alunos que já concluíram o ensino médio – aumentou 27% no número de matrículas e tem uma participação de 62% no total de matrículas da educação profissional. Por outro lado, na rede federal a educação profissional concomitante ou integrada ao ensino médio tem uma participação de 61,8% do total de matrículas nesta rede. Nos últimos 8 anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% no período.

Atua na educação profissional um conjunto de estabelecimentos públicos e privados, que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações/escolas, dentre outros. O Censo Escolar 2010 revela que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 52% das matrículas. (Censo Escolar 2010)

Em relação às áreas profissionais mais procuradas, o censo 2010 mostra o curso de Enfermagem como o mais procurado na rede privada, com 23% de participação. Na rede pública, o destaque é Informática, com 12,4% do total da rede. Nas escolas federais destacam-se Agropecuária e Informática, escolhidos por 12,6% e 11,7% dos alunos, respectivamente.

Seguem algumas tabelas com informações quantitativas da educação profissional no Brasil:

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
2007	780162
2008	927978
2009	1036945
2010	2140388

Tabela 4: Número de matrículas na educação profissional do Brasil (FONTE: Censo 2010, MEC/INEP/DEED)

Número de matrículas da Educação Profissional na Rede Federal - Brasil 2007 a 2010				
Ano			Matrículas na Educação Profissional	
	Total	Concomitante	Subsequente	Ensino Médio Integrado
2007	109.777	36.733	45.840	27.204
2008	124.718	30.514	46.560	47.644
2009	147.947	28.020	58.614	61.313
2010	165.355	25.953	63.265	76.137

Tabela 5: Número de matrículas na educação profissional na rede federal (FONTE: Censo 2010, MEC/INEP/DEED)

- Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.
 2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
 3) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio.

Dez (10) Cursos Profissionalizantes com Maior Número de Matrículas na Rede Federal Brasil 2010		
Curso	Matrícula	%
Total Geral	165.355	100,0

Total	99.486	60,2
Agropecuária	20.862	12,6
Informática	19.286	11,7
Edificações	12.628	7,6
Eletrotécnica	11.951	7,2
Mecânica	9.509	5,8
Eletrônica	5.992	3,6
Química	5.449	3,3
Segurança do Trabalho	5.121	3,1
Administração	4.483	2,7
Eletromecânica	4.205	2,5

Tabela 6: Dez cursos com maior número de matrículas na rede federal (FONTE: Censo 2010, MEC/INEP/DEED)

Nota: Inclui matrículas na educação profissional integrada ao ensino médio.

É notória, na rede federal, a falta de informações sobre os egressos da educação profissional. Tanto o MEC como o INEP apresentam apenas dados esparsos sobre a atuação profissional dos técnicos formados. Somente em 2008 foi realizada pelo MEC a primeira pesquisa de egressos da Rede Federal, a partir da seguinte amostra:

REGIÃO	AGRÍCOLA UNIVERSO	AMOSTRA	INDÚSTRIA UNIVERSO	AMOSTRA
Norte	1.055	223	3.702	265
Nordeste	4.207	268	17.637	281
Centro-Oeste	2.906	260	1.856	245
Sudeste	10.853	279	18.063	281
Sul	6.209	275	6.169	272
Total	25.230	1.305	47.427	1.344

Tabela 7: Distribuição do quantitativo de egressos, segundo as regiões do país e perfil institucional predominante³.

Eliezer Pacheco⁴, ex- secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, comenta a pesquisa, em que foram entrevistados 2.657 egressos de 130 instituições, formados entre 2003 e 2007:

³ MEC/Pesquisa Egressos 2003-2007

O levantamento mostra que 72% dos ex-alunos estão colocados no mercado de trabalho, 65% na área em que estudaram. Outros índices: 86% estão satisfeitos em relação à atividade profissional; 84% cursaram o ensino médio em escola pública; 90% qualificam a instituição como boa e ótima; 87% avaliam o conteúdo recebido como bom e ótimo; 90% avaliam os docentes como bons e ótimos; e 74% trabalham em locais com distância máxima de 50 quilômetros em relação ao município onde fez o curso. Há mais um dado relevante. Dos que trabalham, 59% têm carteira assinada e acreditam que o salário recebido está na média e 11% têm a percepção que recebem remuneração acima da média do mercado. Sobre a continuidade dos estudos, 11% cursaram ou estão cursando outro curso técnico após a conclusão do primeiro e 57% cursaram ou estão cursando uma formação superior.

Segundo o relatório, constatou-se que, dos egressos que trabalham, 44% atuam na área do curso técnico em que se formaram e 21% em áreas correlatas. Aparentemente o perfil dos alunos, que sempre foi constituído por oriundos das escolas particulares está se modificando, pois 84% cursaram o ensino médio em escolas públicas e outros 4% “a maior parte” em escolas públicas. Outra informação que desmistifica o elitismo é que 54% dos pais e 46% das mães dos egressos consultados têm escolaridade inferior ou igual ao ensino fundamental. Apenas 9% dos pais e 15% das mães têm o nível superior completo.

Foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) como modelos de reorganização das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente. A missão institucional dos IFET deve, no que respeita à relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o

⁴ WWW.mec.gov.br/setec

cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Quanto à relação entre educação e ciência, o IFET deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica.

A criação dos IFTS poderá ser bastante oportuna se os mesmos se dedicarem à pesquisa tecnológica, uma das grandes deficiências da universidade brasileira atual. O próprio BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, divulgou um documento sobre o tema intitulado “Conocimiento e innovación para la competencia” que apela para a necessidade do Brasil passar a converter conhecimentos em resultados práticos. Segundo o documento, o Brasil dedica 0,98% do PIB (Produto Interno Bruto) à inovação tecnológica, enquanto a China investe 1,22%, ficando atrás de seus principais competidores no mercado internacional: Coréia do Sul, China, Índia e Rússia.

NICOLSKY e OLIVEIRA comentam a respeito, no jornal Folha de São Paulo⁵:

Oito anos de vigência dos fundos setoriais, quatro anos da Lei da Inovação e dois anos e meio da Lei do Bem não levaram o Brasil a melhorar sua performance tecnológica em relação aos demais países em desenvolvimento. Ao contrário, pioramos. No ranking de 2007 do escritório norte-americano de patentes, o USPTO, perdemos uma posição em relação a 2006, ficando agora em 29º lugar, enquanto mais um país emergente -desta vez a Malásia- nos faz engolir poeira. O Brasil encerrou 2007 com um saldo de apenas 90 patentes concedidas nos EUA, contra 1.121 para a China, 545 para a Índia e 158 para a Malásia. Mas o que chama atenção é que,

⁵ 10/03/2008 - seção *Tendências/Debates*

acima da questão do ranking, o desempenho que apresentamos é incompatível com a dimensão de nossas indústria e economia. É um resultado que evidencia o equívoco das nossas políticas públicas de fomento à inovação, que se confundem com políticas de apoio à ciência e às universidades.

Sabemos que os índices da Educação Básica do país ainda são muito ruins. Veja-se, por exemplo, o estado de São Paulo, um dos estados com maior renda do Brasil, em que o próprio Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo- SARESP demonstra índices como os abaixo comentados no jornal Folha de São Paulo⁶:

Dados divulgados ontem pelo governo de SP mostram que o desempenho dos seus estudantes do ensino fundamental (1ª a 8ª) piorou em português entre 2007 e 2008, mas melhorou em matemática. Nas duas disciplinas, porém, a maioria dos alunos não alcançou o conhecimento esperado pela própria Secretaria da Educação. Na oitava série, ano com os piores indicadores, 82,5% dos alunos não atingiram o nível esperado em português. Em matemática, foram 88,4%. Já no ensino médio (antigo colegial), houve avanço nas duas disciplinas, mas a situação era pior que das demais séries.

Um dos motivos apontados para as deficiências pelo censo da Educação Básica do INEP é a falta de formação adequada dos professores, pois 26,6% dos professores do ensino fundamental não têm a habilitação legal exigida para dar aulas nesse nível e 21,3% sequer possuem curso superior.

Para construção de um projeto educativo inovador que desenvolva as múltiplas dimensões do humano, educação omnilateral e politécnica (FRIGOTTO,1995) é necessária a união da sociedade para discussão de uma nova LDB, que seja construída de forma harmônica com as leis de mercado e com as aspirações e necessidades individuais e sociais dos brasileiros. Somente desse modo, com um projeto elaborado por toda a sociedade é que estaremos contribuindo para a criação dos novos sujeitos sociais.

⁶ 10/04/2009 – C1

CONCLUSÕES

Existem muitas semelhanças e algumas diferenças entre os sistemas educacionais argentino e brasileiro voltados para a educação profissional pública de nível médio, objeto desta pesquisa.

A principal semelhança é a pequena fatia que a legislação dedica à educação profissional nos dois países, sempre colocada como uma modalidade de ensino localizada fora dos sistemas regulares, não obrigatória e “centralizada na esfera federal, no que se refere à definição de diretrizes curriculares e avaliações dos resultados da educação” (MELO,2008,p.18) .

Observa-se, também, a convergência dos três níveis de ensino, apresentados no quadro a seguir:

ARGENTINA (LEY 26 206/2006)	BRASIL (DECRETO 5154/2004)
Técnico Médio	Técnico de Nível Médio
Técnico Superior	Tecnólogo e Pós-Graduado
Formação Profissional	Formação Inicial e Continuada

Tabela 8: *Convergência de níveis de ensino. (MELO,2008,p.18)*

A legislação brasileira carece de leis precisas em relação ao financiamento da Educação Profissional e dificulta bastante a entrada de recursos oriundos de empresas privadas para atualização e manutenção de pesquisa tecnológica e auxílio para introdução nos laboratórios de equipamentos com tecnologia atualizada. No entanto, na Argentina, houve a criação de um fundo específico para a educação profissional, enquanto no Brasil não há.

Nos dois países, enfatiza-se a necessidade urgente de atuação na educação de jovens e adultos, recomendada em vários documentos dos organismos internacionais.

Quanto às diferenças uma delas é a nomenclatura. No Brasil trata-se de Educação Profissional e Tecnológica enquanto na Argentina é Educação Técnico Profissional. O nome brasileiro amplia o espaço de atuação da modalidade, representado nos IFT pela abertura aos cursos de licenciatura, que fogem bastante do escopo de atuação anterior das entidades.

Há uma diferença significativa na divisão dos níveis de ensino da Educação Básica. No Brasil o ensino regular é constituído por dois níveis (Educação Básica e Educação Superior). Ao ensino médio é atribuído o papel de etapa final da educação básica não havendo, portanto, uma educação secundária. Já na Argentina, o ensino regular é composto por quatro níveis ensino, entre os quais se situa o secundário.(MELO, 2008,p.19)

O primordial para a educação profissional é que ela esteja atrelada à oferta de trabalho. Não é necessário qualificar profissionais se o mercado não tem condições de absorvê-los. Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostraram que, em 2007, o mercado de trabalho brasileiro apresentou excesso de mão –de –obra qualificada de pouco mais de 84 mil profissionais. Os qualificados constituem 18,3% do total de pessoas que procuram emprego. Segundo POCHMAN (2007)⁷ o mais importante é ajustar a oferta e a demanda por profissionais.

A maioria das vagas para as quais faltam profissionais não exige formação superior, mas média de 9,3 anos de estudo e formação técnica. A pesquisa mostra também que no Nordeste é onde sobram profissionais qualificados principalmente nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Lazer e o Sudeste é a região onde mais faltam esses mesmos profissionais.

⁷ Folha de São Paulo, 8 de novembro de 2007, B1.

É necessário e urgente que se estabeleça uma imbricação entre a oferta de trabalho e a formação de profissionais e que isso aconteça regionalmente. Reconheçamos também que o Banco Mundial deve estar cheio de razões para dizer:

Finally, it is critical to strengthen the interface between education institutions and the private sector. This applies in particular to the higher education sector and training programs, where private sector relevance has been very low. As already pointed out, this calls for a change of mindset in both camps, which calls for more than simply Government policies. Still, a lot can be done through policies, which encourage and provide economic incentives for public-private cooperation (NIELSEN e HANSEN, 2003, p.31)⁸

Os gestores da educação profissional devem, nos dois países, deixar vir a público com mais transparência, as informações sobre alunos formados (ou seja, matriculados menos evadidos e repetentes) e sobre a atuação dos técnicos formados. Há pouca informação concreta sobre resultados obtidos, inclusive pelas mudanças constantes de sistemas e currículos, embora todos nós, educadores, saibamos que as aprendizagens humanas não podem ser programadas como a produção de objetos e de que um projeto pedagógico necessita de cerca de dez anos para real implementação.

Levando-se em conta apenas o viés do mundo produtivo, para a educação profissional é ressaltada a necessidade de aproximação entre empresas e escolas para melhor ajuste dos currículos e para difusão sobre o uso de tecnologias e sua consequência sobre o emprego e o trabalho. É importante colocar, portanto, que as diversas tecnologias impõem parâmetros sobre a base técnica de produção e intervêm nas relações sociais e educacionais. Ressalta-se também a importância de conhecimentos gerais do ensino médio, ou seja, de educação básica para maior

⁸ *The World Bank. Latin America and the Caribbean Regional Office.*

eficiência dos trabalhadores. De certa forma, pode-se dizer que Gramsci corrobora com a dada opinião, quando o mesmo coloca:

“ (...)devemos abolir as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que racionalmente, deve seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (2004:33).

No mundo produtivo, a produção em massa do antigo paradigma eletromecânico com automação rígida conciliou-se, ao longo do século passado, com a organização taylorista do trabalho. Atualmente, o emprego da tecnologia microeletrônica aparece, em geral, associada à produção *just in time* (sem estoque) e à automação flexível e tem demandado novos padrões organizacionais do trabalho e da produção.

O desenvolvimento de novas tecnologias foi se tornando, historicamente, um dos elementos fundadores da subordinação do trabalho ao capital, ou um instrumento de controle do trabalho. Muitos autores, entre os quais Braverman (1974), desde os anos 70 apontaram para a inevitabilidade da desqualificação associada à grande divisão do trabalho sob o paradigma taylorista-fordista. Na década seguinte, a expectativa era a de que a disseminação da microeletrônica iria agravar ainda mais esse quadro. Segundo Coriat (1988) a microeletrônica pode levar a uma superação progressiva do paradigma taylorista porque sua aplicação demanda essencialmente flexibilidade e integração.

A introdução da automação flexível tem colocado novos parâmetros. O próprio nível de emprego tem se alterado substancialmente, criando-se desemprego em muitas áreas, mas gerando novas oportunidades e novas funções, especialmente

gerando um quadro de trabalhadores qualificados nas áreas de manutenção e controle.

Os sistemas de educação profissional, para serem relevantes e eficazes, precisam articular-se com o setor produtivo, por meio de professores constantemente preparados e atualizados pelas empresas e com o contato com experiências concretas ou ambientes industriais simulados.

Para concluir,, cito OLIVEIRA (2003, P.85)

O capital não só subsume tudo aos seus interesses, mas inclusive determina o que quer e o que deve ser feito para atender aos seus desejos. O capital não espera o que os trabalhadores têm a oferecer, dita suas necessidades. Para isso, constrói os novos conceitos e as novas categorias coordenadoras da sua relação com o trabalho.

REFERÊNCIAS

- BIRD.WORLD BANK. Informes sobre o desarrollo mundial : la tarea acuciante del desarrollo”, 1991.
- BIRD. WORLD BANK. “Education and Skills in Argentina”, Latin America and the Caribbean Regional Office, 2003
- BRASIL. DIEESE. *ANUÁRIO DA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL*. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. – SÃO PAULO. 2007
- BRASIL.MEC. *EDUCAÇÃO PARA TODOS. AVALIAÇÃO DA DÉCADA*. BRASÍLIA-DF.MEC/INEP.2000.
- BRASIL.IBGE. Suplemento- Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Rio de Janeiro: IBGE.2007.
- BRASIL.IBGE. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Anuário estatístico do Brasil 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, v 21, 1960.

BRASIL. IBGE.Serviço de Estatística da Educação e Cultura. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BRASIL. MEC.*Desenvolvimento da Educação no Brasil*. Brasília-DF .MEC.1996.

BRASIL.INEP. *Estudo Analítico-Descritivo Comparativo do Setor Educacional do Mercosul* .(1996-2000). Brasília-DF – Brasil.INEP. Junho de 2005.

BRASIL. MEC.LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL.MEC. DECRETO 2208. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1997.

BRASIL. MEC.DECRETO 5154 DE 23 DE JULHO DE 2004.Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.2004.

BRASIL. SARESP. Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar. SE.SÃO PAULO.2007.

BRAVERMAN,H. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro: editora Guanabara Koogan S.A. 1974.

COUTO,C.G. e BAIA,P.F. O Governo Lula: Uma Avaliação Política e Econômica. *in* SALLUM JR.,B.(org.) *Brasil e Argentina Hoje*. Bauru:EDUSC.2004.

CUNHA, L.A. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. *Cadernos de Pesquisa*, n º 111, p.47-70, dezembro/2000.

FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de setembro de 2008,C1.

FRIGOTTO, G. Os Delírios da Razão. Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional. In GENTILI, P. (org) *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes. 2002.

_____. *Educação e a Crise do Capitalismo Real*. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. *A Produtividade da Escola Improdutiva*. São Paulo: Cortez. 1993.

FURTADO, C. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

GALLART, M.A. *La Construcción Social de La escuela Media: una aproximación institucional*. Buenos Aires: La Crujía. 2006.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

HOLM-NIELSEN, L. & HANSEN, T. N. *Education and Skills in Argentina - Assessing Argentina's Stock Of Human Capital*. The World Bank Latin America and the Caribbean Regional Office. LCSHD. March 2003.

KING, E. A Century of Evolution in Comparative Studies. *Comparative Education*. Volume 36. Nº 3. p.267-277.

MANFREDI, S.M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: editora Cortez. 2002.

MATOS, P. de P. *Análise dos Planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Monografia de mestrado Piracicaba: Universidade de São Paulo. 2002.

MEC. INEP. CENSO ESCOLAR 2010. RESUMO TÉCNICO.

MELO, Savana Diniz Gomes . Políticas para a educação (técnico) profissional: uma comparação entre Brasil e Argentina. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

MERCOSUL. Sistema de Información y Comunicación del Mercosur Educativo. *Indicadores Estadísticos del Sistema Educativo del Mercosur*. 2006.

«Sistema de Indicadores del Mercosur Educativo» NIELSEN, L.H. e HANSEN, T.N. *Education and Skills in Argentina*. The World Bank. Latin America and the Caribbean Regional Office. 2003

NISKIER, A. - *Folha de São Paulo*. Seção Tendências/Debates . 28/01/2009

NICOLSKY e OLIVEIRA. *Folha de São Paulo*. Seção Tendências/Debates. 10/03/2008.

NÓVOA, A. Texts, Images and Memories. Writing new histories of education. *In* NÓVOA, A. Y YARIV-MASHAL, T. Comparative Research in Education: a mode of governance or a historical journey? *Comparative Education*. Volume 39. No. 4. November 2003 pp. 423–438. London: Carfax Publishing.

OLIVEIRA, M.A.M. *Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS* - Papirus Editora 2003

POCHMANN, M. *Folha de São Paulo*, 8 de novembro de 2007, B1.

_____. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE: COMO ESTABELECEER UMA RELAÇÃO VIRTUOSA? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004 383. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

PUIGGRÓS, A. *Qué pasó em La educación argentina*. Buenos Aires: Galerna. 2006.

ROMANELLI, O. DE O. *História da educação no Brasil (1930/1973)* Petrópolis: Vozes. 1985.

SILVEIRA, S.J.C. e RATHMAN, R. Uma breve análise do PAC tendo como base a retrospectiva dos planos econômicos dos governos militares no Brasil entre 1964 e 1985. *Est. CEPE*. Santa Cruz do Sul: Cepe, nº25, p 4-20 jan/jun 2007.